

Geografia

Geopolítica e poder mundial

Organizadores

Sonia Maria Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues Martins

Elaborador

André Roberto Martin

2

módulo

Nome do Aluno _____

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador: *Geraldo Alckmin*

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

Secretário: *Gabriel Benedito Issac Chalita*

Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP

Coordenadora: *Sônia Maria Silva*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: *Adolpho José Melfi*

Pró-Reitora de Graduação

Sônia Teresinha de Sousa Penin

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária

Adilson Avansi Abreu

FUNDAÇÃO DE APOIO À FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAFE

Presidente do Conselho Curador: *Selma Garrido Pimenta*

Diretoria Administrativa: *Anna Maria Pessoa de Carvalho*

Diretoria Financeira: *Sílvia Luzia Frateschi Trivelato*

PROGRAMA PRÓ-UNIVERSITÁRIO

Coordenadora Geral: *Eleny Mitrulis*

Vice-coordenadora Geral: *Sônia Maria Vanzella Castellar*

Coordenadora Pedagógica: *Helena Coharik Chamlian*

Coordenadores de Área

Biologia:

Paulo Takeo Sano – Lyria Mori

Física:

Maurício Pietrocola – Nobuko Ueta

Geografia:

Sônia Maria Vanzella Castellar – Elvio Rodrigues Martins

História:

Kátia Maria Abud – Raquel Glezer

Língua Inglesa:

Anna Maria Carmagnani – Walkyria Monte Mór

Língua Portuguesa:

Maria Lúcia Victório de Oliveira Andrade – Neide Luzia de Rezende – Valdir Heitor Barzotto

Matemática:

Antônio Carlos Brolezzi – Elvia Mureb Sallum – Martha S. Monteiro

Química:

Maria Eunice Ribeiro Marcondes – Marcelo Giordan

Produção Editorial

Dreampix Comunicação

Revisão, diagramação, capa e projeto gráfico: *André Jun Nishizawa, Eduardo Higa Sokei, José Muniz Jr. Mariana Pimenta Coan, Mario Guimarães Mucida e Wagner Shimabukuro*



***Cartas ao
Aluno***

Carta da

Pró-Reitoria de Graduação

Caro aluno,

Com muita alegria, a Universidade de São Paulo, por meio de seus estudantes e de seus professores, participa dessa parceria com a Secretaria de Estado da Educação, oferecendo a você o que temos de melhor: conhecimento.

Conhecimento é a chave para o desenvolvimento das pessoas e das nações e freqüentar o ensino superior é a maneira mais efetiva de ampliar conhecimentos de forma sistemática e de se preparar para uma profissão.

Ingressar numa universidade de reconhecida qualidade e gratuita é o desejo de tantos jovens como você. Por isso, a USP, assim como outras universidades públicas, possui um vestibular tão concorrido. Para enfrentar tal concorrência, muitos alunos do ensino médio, inclusive os que estudam em escolas particulares de reconhecida qualidade, fazem cursinhos preparatórios, em geral de alto custo e inacessíveis à maioria dos alunos da escola pública.

O presente programa oferece a você a possibilidade de se preparar para enfrentar com melhores condições um vestibular, retomando aspectos fundamentais da programação do ensino médio. Espera-se, também, que essa revisão, orientada por objetivos educacionais, o auxilie a perceber com clareza o desenvolvimento pessoal que adquiriu ao longo da educação básica. Tomar posse da própria formação certamente lhe dará a segurança necessária para enfrentar qualquer situação de vida e de trabalho.

Enfrente com garra esse programa. Os próximos meses, até os exames em novembro, exigirão de sua parte muita disciplina e estudo diário. Os monitores e os professores da USP, em parceria com os professores de sua escola, estão se dedicando muito para ajudá-lo nessa travessia.

Em nome da comunidade USP, desejo-lhe, meu caro aluno, disposição e vigor para o presente desafio.

Sonia Teresinha de Sousa Penin.

Pró-Reitora de Graduação.

Carta da

Secretaria de Estado da Educação

Caro aluno,

Com a efetiva expansão e a crescente melhoria do ensino médio estadual, os desafios vivenciados por todos os jovens matriculados nas escolas da rede estadual de ensino, no momento de ingressar nas universidades públicas, vêm se inserindo, ao longo dos anos, num contexto aparentemente contraditório.

Se de um lado nota-se um gradual aumento no percentual dos jovens aprovados nos exames vestibulares da Fuvest — o que, indubitavelmente, comprova a qualidade dos estudos públicos oferecidos —, de outro mostra quão desiguais têm sido as condições apresentadas pelos alunos ao concluírem a última etapa da educação básica.

Diante dessa realidade, e com o objetivo de assegurar a esses alunos o patamar de formação básica necessário ao restabelecimento da igualdade de direitos demandados pela continuidade de estudos em nível superior, a Secretaria de Estado da Educação assumiu, em 2004, o compromisso de abrir, no programa denominado Pró-Universitário, 5.000 vagas para alunos matriculados na terceira série do curso regular do ensino médio. É uma proposta de trabalho que busca ampliar e diversificar as oportunidades de aprendizagem de novos conhecimentos e conteúdos de modo a instrumentalizar o aluno para uma efetiva inserção no mundo acadêmico. Tal proposta pedagógica buscará contemplar as diferentes disciplinas do currículo do ensino médio mediante material didático especialmente construído para esse fim.

O Programa não só quer encorajar você, aluno da escola pública, a participar do exame seletivo de ingresso no ensino público superior, como espera se constituir em um efetivo canal interativo entre a escola de ensino médio e a universidade. Num processo de contribuições mútuas, rico e diversificado em subsídios, essa parceria poderá, no caso da estadual paulista, contribuir para o aperfeiçoamento de seu currículo, organização e formação de docentes.

Prof. Sonia Maria Silva

Coordenadora da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

Apresentação da área

Eu sou de Guainases. E eu da Cidades Tiradentes. Onde fica a Vila Prudente? Eu nasci em Guarulhos, mas meu pai veio de Pernambuco. Eu moro na zona Leste, mas trabalho na Freguesia do Ó. E assim poderíamos continuar a citar os diferentes lugares. Um de morada, outro de trabalho. Um de origem outro de chegada. De onde se veio e de onde se vive. Um aqui e um lá, que nos faz deslocar de ônibus, trem, metrô, e dependendo da distância, até mesmo de navio, ou de avião. Às vezes longe, às vezes perto. E, às vezes, quando vamos, voltamos, e por outra ficamos, mudamos de lugar. E no deslocamento, na hora que nos movimentamos, olhamos pela janela a paisagem se movendo, como quem se movesse fosse ela e não nós. Casas, prédios, avenidas, carros, caminhões, pontes, viadutos, praças, estações, pessoas, muitas pessoas, árvores, postes, semáforos, placas (vende-se, compra-se, aluga-se...), anúncios em cartazes vendendo de hambúrguer a cigarro, de carro a jeans, e por aí vai o desfile das paisagens. É a cara da geografia em que vivemos. A geografia da cidade.

Para quem não sabe, tudo parece confuso, no máximo familiar, mas caótico, bagunçado mesmo. E é onde vivemos. Mas porque isso? Porque uma coisa é perto e outra é longe? Por que eu moro aqui e meu trabalho fica em outro lugar? Porque eu sou daqui e meu pai veio de outro lugar? Periferia, o que é isso? Ser da periferia é ser periférico a que? Onde está o centro? E é centro de quê? Afinal, por que as coisas estão localizadas onde estão, distribuídas desse jeito? A gente ouve e por vezes fala: “sou da periferia”, “o Brasil é um país periférico”, e nos perguntamos, que lugar é este, a periferia? Ser de um determinado lugar significa o quê? Tem vezes que a gente diz: olha, ele é carioca e ele é cearense. Daí estamos a falar sem perceber o que cada pessoa é, pois parece que o lugar de onde elas vieram diz muito do que elas são. Pode ser até que isso seja um exagero, mas observe como fazemos isso no dia-a-dia. Pelo menos dá para concluir que muito do que somos depende do lugar de onde vivemos.

De qualquer maneira, existe como responder a todas as perguntas que fizemos aqui. Quem é capaz de responder isso tudo para nós é a Geografia. E é por isso que temos que estudar essa matéria, pois assim podemos responder um tanto quem somos nós. Nesta apostila você vai encontrar um conhecimento que permite a compreensão da sua localização na cidade, no Brasil e no Mundo. Vai compreender a que geografia você pertence ou qual geografia faz parte de você. Também vai descobrir o quanto esta geografia é importante nas nossas vidas, e o quanto é necessário conhecê-la, pois é bem provável que ela necessite ser transformada, modificada, e, quem sabe, até revolucionada.

Agora, para começar, pergunte-se: que Geografia é essa? Se ela está bagunçada, faça como Jorge Ben, chame o síndico, mas neste caso chame o professor de geografia. Não se perca, se oriente rapaz, use o mapa. Tá difícil? Não tem erro, estamos aqui para isso, já que o leste fica aqui, vamos dar o rumo. Bom estudo, ou boa viagem...

Apresentação do módulo

Este módulo analisa a dimensão do poder mundial a partir da Geopolítica. Um dos seus objetivos é fazer com que se compreenda a espacialização das relações de poder, o significado do papel do Estado e dos conflitos militares e civis.

Atualmente, cabe uma atenção especial para as mudanças que ocorreram nos territórios, como as divisões políticas, a formação de novos países ou a reorganização de outros que haviam no passado. Fronteiras, Estado, Nação, Poder e Território são alguns conceitos importantes para a estruturação do conhecimento geográfico que vocês irão estudar.

Queremos que esse módulo seja instigante e que desperte a curiosidade em se pensar o cotidiano a partir de uma leitura de mundo um pouco diferente, com mais profundidade sobre as demarcações territoriais dos lugares onde vivemos, comparando os conflitos existentes no dia-a-dia com os que ocorrem no mundo, fazendo análises em diferentes escalas.

Nosso objetivo é contribuir para que você possa desenvolver conceitos, confrontar hipóteses e praticar habilidades como a leitura de mapas e gráficos e motivar sua competência na leitura e na escrita. Além disso, convidamos vocês a ser desafiados ao realizar as atividades com uma atitude crítica, pois queremos tornar o ensino de Geografia um pouco mais desafiador. Esperamos ter conseguido.

Introdução

Um início de conversa com a Geopolítica

O texto que se segue contém uma discussão acerca do conceito de “poder mundial”, apoiada numa série de exemplos históricos, e também uma apresentação sucinta da disciplina “Geopolítica”, trazendo informações a respeito dos seus principais idealizadores, e das teorias que lhes são correspondentes. Não se trata, como se verá, de um conhecimento trivial. Nem muito menos, de algo corriqueiramente exigido nos exames vestibulares. Assim, para os mais apressados, e desinteressados, poderá parecer constituir-se em material absolutamente dispensável. Mas para aqueles estudantes mais curiosos, e inconformados com o nível habitual de explicação dos fenômenos políticos contemporâneos, em especial dos conflitos, trabalhar este texto poderá trazer algumas compensações: talvez eles se surpreendam ao verificar como a História torna-se muito mais fácil de ser compreendida, a partir da utilização dos conceitos oriundos do pensamento estratégico. E talvez venham a se surpreender ainda mais, com a capacidade da Geopolítica de “prever os conflitos futuros”, característica esta que acabaria lhe valendo o apelido de “ciência demoníaca”, juízo este utilizado tanto por detratores, como por admiradores da nova disciplina.

De fato, muitas vezes, parece que as guerras são mero resultado das teorias geopolíticas. Outras vezes, ao contrário, é como se as teorias geopolíticas fossem consequência das guerras. Este paradoxo precisa ser esclarecido, e é o que tentaremos fazer neste texto. Mais ainda, a intenção final do mesmo é contribuir para que os estudantes venham a desenvolver a habilidade de *raciocinar geopoliticamente*, isto é, tornem-se capazes de estabelecer *correlações políticas entre os lugares*, nas mais variadas escalas. Para tanto, é preciso reconhecer que o elemento-chave para a análise é o **Estado**, que se expressa como “*um pedaço de humanidade e um pedaço de Terra*”, segundo Friedrich Ratzel.

De outra parte, porém, é forçoso admitir que a crescente pressão sobre os recursos naturais, e a intensificação das trocas de bens, capitais e serviços, vem ensejando o surgimento de organizações supra-estatais – os chamados “blocos de países” –, o que muitas vezes ocasiona uma colisão com as estruturas jurídico-espaciais anteriores. Em outras situações, no entanto, estas novas barreiras inter-blocos podem ser vistas como espécies de freios à globalização, (seria este o caso da União Européia?); e em outras ainda, o nacionalismo, contraditoriamente, pode servir como um estímulo à penetração dos

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaborador

André Roberto
Martin

interesses do capital internacional, o que se viu aliás, nas recentes desintegrações da União Soviética, Iugoslávia e Tchecoslováquia.

De qualquer modo, independentemente das variadas formas que o fenômeno pode assumir, a questão de fundo é a da eterna luta pelo “*poder*” (isto é, pela capacidade de controlar espaços e homens, o que nos remete à *política*), poder este que, no caso, está “limitado”, isto é, referido, ao planeta “*Terra*” (*Gea* para os gregos, e que vulgarmente era confundido com a noção de *mundo*, à época do Renascimento). Por isso mesmo, a melhor forma de examiná-lo é através da “geopolítica do poder mundial”.

ATIVIDADE 1

Na apresentação do módulo você leu termos como *blocos de países, poder, geopolítica*. Esses termos são exemplos que aparecem em discussões sobre a globalização, blocos econômicos e as guerras civis e militares atuais. Vamos fazer um exercício um pouco diferente, não inicie o seu raciocínio pensando no mundo, mas no local onde mora.

a) Escreva um texto em uma outra escala de análise (a local), tendo o seu bairro ou município onde você mora, utilizando os termos que destacamos em itálico. Procure relacionar esses termos com situações do dia-a-dia que representem semelhanças. Por exemplo, analise o poder local, relacione os blocos de países com os grupos sociais ou “as tribos do bairro”. Como você articulou os termos com a política local?

Unidade 1

O homem, o meio e a sobrevivência

Desde tempos imemoriais, quando os grupos humanos pouco se diferenciavam de seus “primos” mais próximos, isto é, dos demais primatas superiores, saber a localização de uma fonte de água potável, ter acesso a um determinado campo de caça e protegê-lo contra eventuais invasores, representavam conhecimentos vitais que hoje nós provavelmente denominaríamos de *estratégicos*. Fundamentais não apenas para a sobrevivência dos indivíduos que dele fizessem parte num determinado momento, a conservação destes conhecimentos permitia a perpetuação do grupo enquanto coletividade, à medida que uma nova geração fosse tomando contato com eles. Além disso, o que é muito importante, esse conjunto de informações, técnicas, e métodos, podia ir sendo ampliado indefinidamente, desde que evidentemente, a memória coletiva tivesse capacidade de armazená-los de alguma forma. Surgiram assim a necessidade do registro e do arquivo, e por conseguinte, a do sigilo, uma vez que é sempre conveniente manter certas informações em segredo, a fim de não despertar a curiosidade, ou a cobiça, de certas pessoas “estranhas”, que com o tempo, podem vir a tornarem-se “rivais”, ou mesmo “inimigas”.

Muita água já rolou debaixo desta ponte desde então, mas é forçoso reconhecer que, em seu íntimo, o ser humano continua sendo idêntico a seus ancestrais, isto é, vulnerável por um lado, frente às forças da natureza e frente a outros seres humanos que se mostrem mais poderosos do que ele; e mesquinho por outro, uma vez que a riqueza e os conhecimentos acumulados, não costumam ser generosamente repartidos com os semelhantes que porventura se encontrem em pior situação.

Esta caracterização geral, onde a sensação de *insegurança* parece constituir-se num mal crônico e inseparável da própria condição humana, é extremamente atual, podendo-se dizer, apenas para precisar o julgamento, que o que se passou ao longo do tempo foi um enorme desenvolvimento na capacidade de um grupo atacar o outro, com armas e organizações cada vez mais poderosas. Dos pequenos clãs com suas lanças de pedra lascada, às grandes potências nucleares contemporâneas, o salto tecnológico e organizacional foi realmente extraordinário. Há que se indagar, entretanto se o instinto de preservação se encontra de fato disseminado no conjunto da espécie humana, uma vez que agora, o homem reúne capacidade de destruição suficiente para provocar a extinção não apenas do próprio homem, mas também da maioria das outras espécies que coabitam conosco o planeta Terra neste momento.

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaborador

André Roberto
Martin

É por essa razão que o estudo da distribuição do poder político mundial tornou-se tão importante hoje em dia. Conhecer as razões que levaram a tamanha discrepância de poder entre os Estados, e entre as várias regiões em que se pode dividir o espaço geográfico planetário, apresenta-se como pré-condição para imaginarmos uma alternativa que de um lado, possa conduzir a uma divisão mais justa do poder e da riqueza mundiais, e de outro, não necessite do recurso à guerra para se alcançar tal objetivo. Portanto, a Geopolítica, como disciplina que se propõe a compreender “o poder *do* espaço”, e a Geohistória das Relações Internacionais, que analisa as transformações do “poder *no* espaço” apresentam-se como as duas ferramentas indispensáveis para que se possa obter uma visão mais clara e mais precisa acerca do “aqui” e do “agora” que estamos vivendo.

Neste estudo, trataremos inicialmente de apresentar as teorias e temas básicos da Geopolítica, contextualizando o período histórico e a posição ideológica e política dos principais autores. Em seguida, discutiremos o surgimento e a evolução do “poder mundial”, enquanto conceito, e como realidade, observando de modo panorâmico, a situação geopolítica contemporânea dos vários continentes. Neste ponto, uma reflexão sobre o significado dos atuais “blocos geoeconômicos” poderá ser bastante útil, a fim de julgarmos, em termos geoestratégicos, se estas novas formas de organização do espaço tendem realmente a substituir o Estado, ou ao contrário, a se transformarem elas próprias em novos Estados, no futuro. Para concluir, procuraremos avaliar os principais condicionamentos e possibilidades do “*espaço e poder mundiais*”, relacionados ao Brasil.

Antes de encerrarmos esta introdução, seria conveniente reafirmarmos que, na perspectiva teórica aqui adotada, o mero reconhecimento dos *lugares* constitui em si mesmo um saber “geopolítico”, ao menos de forma embrionária. Isto porque quem individualiza um espaço, sempre o faz com alguma intenção ou sob alguma influência política. Desde esse ponto de vista, tal saber antecede ao surgimento de um poder que se possa chamar convenientemente de “mundial”, algo que só se torna justificável a partir da “Era dos Descobrimentos”, iniciada no século XV. Em contrapartida, a disciplina “Geopolítica” só aparecerá como “ciência sistemática”, pesquisada e ensinada nas Universidades, após sucessivos choques entre as grandes potências em torno do “poder mundial”. Tal situação é característica da virada do século XIX para o XX, quando só então disseminou-se a consciência do valor estratégico da Geografia para a construção de projetos que visassem modificar a distribuição do poder mundial. Assim, quando parecia que a Geografia havia encerrado sua contribuição, ao revelar a face da Terra para o Homem, uma nova onda de acontecimentos viria renovar o interesse pela “bela ciência”: de um lado, a grande indústria com sua avidez por minérios, chamava a atenção para as pesquisas do subsolo; de outro, a falta de “vazios a explorar” indicava um acirramento de ânimos em torno das questões de fronteiras. Estavam assentadas assim, as duas premissas básicas que faltavam para que a Geopolítica se tornasse, daí por diante, inseparável da política de poder das grandes, e até mesmo das pequenas potências.

ATIVIDADE 2

a) Faça uma lista com termos ou situações do cotidiano que exemplifiquem a principal questão tratada nessa parte do texto, ou seja, o significado da idéia que *o estudo da distribuição do poder político mundial tornou-se tão importante hoje em dia*.

b) Compare a sua lista com as dos seus colegas, percebam as diferenças e as semelhanças entre elas.

c) Discutam em classe e faça um texto síntese sobre o resultado da discussão.

d) Retome o excerto a seguir: *Há que se indagar, entretanto se o instinto de preservação se encontra de fato disseminado no conjunto da espécie humana, uma vez que agora, o homem reúne capacidade de destruição suficiente para provocar a extinção não apenas do próprio homem, mas também da maioria das outras espécies que coabitam conosco o planeta Terra neste momento.*

Debata sobre a segurança ou a insegurança gerada em função do instinto de preservação. Em seguida, faça um texto síntese a partir das conclusões da classe e individuais.

Unidade 2

A Geopolítica

Embora o termo “Geopolítica” tenha sido pronunciado pela primeira vez no ano de 1899, numa Conferência proferida pelo geógrafo sueco Rudolph Kjellen, seu significado já havia sido explorado anteriormente por vários pensadores que alertaram para a influência do meio geográfico na organização e mesmo no caráter das sociedades. Na Grécia clássica, Aristóteles (384-322 a.C.) assinalou com frequência a dependência da Ciência Política em relação à Geografia. Depois dele, Estrabão (63 a.C.-21 d.C.), considerado por muitos como o “pai” da Geografia Humana, escreveria boa parte de sua obra com o intuito de influenciar o processo de tomada de decisões dos governantes de sua *polis*. Mais tarde, durante a Idade Média, Alberto Magno (1206-1280) sobressaiu-se por sua vez, através dos seus extensos conhecimentos geográficos, chegando a profetizar de forma surpreendente, a construção do Canal de Suez. Finalmente, já na Era Moderna, Montesquieu (1689-1755), talvez o pensador político mais influente da escola “iluminista”, não deixou dúvidas sobre sua crença em torno da influência do clima no comportamento humano, argumentando que nas regiões mais quentes, o calor tendia a produzir um estado de torpor que tornava os povos tropicais mais indolentes, e menos aptos ao trabalho duro, do que os habitantes das zonas mais frias.

Muitos outros pensadores poderiam ser colocados ao lado dos nomes acima mencionados, formando uma extensa galeria dos, por assim dizer, “geopolíticos sem carteirinha”. Eram eles os precursores da Geopolítica, só que não atendiam pelo nome de “geopolíticos”, algo que só começou a ocorrer nas primeiras décadas do século XX quando, como já vimos, a disciplina passou a ser ensinada em Universidades. Foram, além disso, poucos os países a adotar e desenvolver esse novo ramo da Geografia nos seus primórdios: Suécia, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Japão. Na França, desde o princípio, o pensamento geopolítico foi mal recebido, de um lado porque foi considerado metodologicamente equivocado, ao dar um peso excessivo às influências do meio sobre o desenvolvimento das sociedades. De outro, porque no plano político, ao interpretarem a si mesmos como um “*povo sem espaço*” que necessitava alargar seu “*espaço vital*”, os geopolíticos alemães não deixaram dúvidas a respeito das pretensões expansionistas do Estado germânico. A França, principal vizinha da Alemanha, tinha razão, portanto, em ver na nova disciplina, uma ameaça à sua integridade territorial.

É preciso lembrar, além disso, que desde 1870 o relacionamento entre os dois povos estava abalado pela guerra em que os prussianos liderados por

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaborador

André Roberto
Martin

Rudolph Kjellen

Geógrafo, professor de Teoria do Estado na Universidade de Uppsala, Suécia. A sua idéia principal é a de identificar o Estado a um indivíduo, um ser biológico, ou seja, que nasce, cresce e morre e tem uma personalidade própria.

Aristóteles

(384-322 a.C.) nasceu em Estagira, na Calcídica (região dependente da Macedônia).

Geopolítica x Geografia política

No debate entre os geógrafos e os cientistas políticos o termo Geografia Política assumiu um sentido de “neutralidade científica” e contemplação do mundo. Já a Geopolítica está voltada para a ação e transformação. Assim a Geopolítica é vista como um instrumento de intervenção do Estado na sociedade.

Bismark

Foi chanceler da Prússia e também o construtor da Unificação Alemã.

Imperialismo

Uma fase do capitalismo, na qual as potências se expandem territorialmente com a finalidade de consolidar seu domínio sobre outros países do mundo.

Bismarck, haviam derrotado e humilhado os franceses comandados pelo Imperador Napoleão III. Dessa forma, é forçoso reconhecer que o surgimento da Geopolítica como pretensa “*ciência que trata da dependência dos acontecimentos políticos em relação ao solo*”, como a definia a escola alemã, guarda estreita correspondência com a passagem do capitalismo à sua fase monopolista, quer dizer, quando o fenômeno da grande indústria forjou a formação das grandes empresas que hoje chamamos de “multinacionais”, e quando os poucos Estados industrializados, partiram febrilmente em busca de novos mercados e fontes de matérias-primas consubstanciando um novo tipo de colonialismo, apropriadamente denominado de “imperialismo”.

Esta denominação é interessante e se justifica de uma dupla maneira: em primeiro lugar remete à história dos antigos Impérios, em cujo interior vários povos de origens culturais diferentes encontravam-se submetidos a um comando centralizado, o que revela uma forma de poder de tipo antinacional. Em segundo lugar, paradoxalmente, ela não deixa de sugerir a própria exacerbação do nacionalismo, o que de fato existia, na medida em que a concorrência entre as empresas vinha sendo transferida para o âmbito do sistema de Estados, pois os mercados nacionais já se mostravam pequenos para as ambições do grande capital. De alguma maneira, o que o pensamento geopolítico preconizava era a “exportação” da influência de um Estado, quer para a sua vizinhança imediata, quer para áreas bem mais longínquas.

A seguir, apresentaremos um breve resumo das principais idéias e dos principais autores da Geopolítica, e entre as lacunas que, inevitavelmente poderão ser apontadas, duas ausências no caso se justificam: a dos pensadores franceses, porque recusaram-se coletivamente a reconhecerem-se como “geopolíticos”, e a dos autores japoneses, que apesar de terem no conde Komura um expoente reconhecido, não tiveram suas obras divulgadas no Ocidente. Algumas idéias destes últimos foram absorvidas e transmitidas pelo general Haushofer, um admirador explícito das doutrinas e levantamentos realizados pelos geopolíticos japoneses, e por sua vez, ele próprio um autor de grande prestígio no Japão. Vamos sem mais delongas, aos três autores selecionados:

ATIVIDADE 3

O quadrinho publicado na revista Newsweek (23/9/1991) ilustra o desespero dos cartógrafos para desenhar o novo mapa-múndi diante das constantes mudanças de fronteiras.



Levando em consideração o contexto da época em que a charge foi publicada, dentre as frases abaixo, a que melhor completa o texto do fala, propondo outra correção no mapa é:

- a) "A Albânia já não faz parte da Europa"
- b) "O número de países só está diminuindo"
- c) "Cuba já não faz parte do Terceiro Mundo"
- d) "O Cazaquistão acabou de declarar independência"
- e) "Vamos ter de dividir a Alemanha novamente"

Depois de responder a questão proposta no ENEM, converse em grupo e elabore um pequeno texto sobre a idéia de Geopolítica.

Fonte: ENEM - Ensino Médio.

Friederich Ratzel e os fundamentos da nova "ciência"

Não existe autor de Geopolítica ou de Geografia Política que não reconheça em Ratzel, o fundador deste novo ramo do conhecimento científico.

Dentre suas inúmeras contribuições, duas foram definitivas: o deslocamento do foco central das pesquisas geográficas da "paisagem natural" para a relação "homem-meio", tese defendida no livro *Anthropogeographie*, surgido em 1882; e, em seguida, a fundação da Geografia Política, cujo objeto e teoria ele desenvolve em duas obras fundamentais: *Politische Geographie* editado pela primeira vez em 1897, e *O mar como fonte de grandeza das nações* cuja primeira edição em alemão é de 1903. Interessa-nos aqui, avançar sobre as duas últimas obras mencionadas, deixando de lado a teoria ambientalista contida na primeira, aliás bastante polêmica, e que de forma um tanto simplista e distorcida ficou conhecida como "*determinismo geográfico*".

ATIVIDADE 4

Você já deve ter percebido em algumas passagens do texto que existe uma teoria que interpreta o desenvolvimento da sociedade como sendo determinado pelo quadro natural. Assim, por exemplo, a localização da indústria seria explicada pela presença de minérios no mesmo lugar, portanto um país que não tivesse carvão não poderia ser industrializado. Além disso, se afirmava que o clima muito quente impediria os trabalhadores de suportarem a jornada de trabalho dentro das fábricas. A conclusão determinista era de que os países tropicais não poderiam se industrializar.

A partir dessas reflexões apresentadas analise a situação do Brasil que está localizado entre os trópicos e tem sua população formada, principalmente, pela miscigenação de raça, contradizendo os princípios deterministas. Como essas questões podem ser trazidas para discutir o processo de industrialização do Brasil?

Ver mapa na próxima página

Friedrich Ratzel

Nasceu na cidade de Karlsruhe no ano de 1844. Foi primeiro farmacêutico, formando-se posteriormente em Filosofia. Estudou a seguir Ciências Naturais e Geografia, tornando-se catedrático de Geografia na Universidade de Munique, onde lecionou por muitos anos. Participou da guerra franco-prussiana, e escreveu uma extensa e complexa obra, considerada decisiva para os destinos da Geografia. Viveu até o ano de 1904.

O Determinismo Geográfico

Chamamos de Determinismo aquela posição que atribui a uma única causa o motivo de certas realidades possuírem as características que a tipificam. No caso da Ciência Geográfica, esta situação se verifica quando damos aos elementos da Natureza (o clima e o solo, por exemplo), o papel de ser a única causa na definição de certos aspectos constituintes de uma sociedade, bem como de seu desenvolvimento histórico.

Para a Geografia Política, Ratzel deixou muitas contribuições como as que consideramos as mais importantes:

- 1ª) a idéia de que o objeto de estudo da Geografia Política deve ser a relação “*Estado-solo-sociedade*”;
- 2ª) a teoria de que cada Estado tem sua vida política condicionada pelos fatores “*espaço*” (entendido como a área ocupada por um Estado), e “*posição*” (este “*espaço*” relacionado a todos os outros, isto é, à superfície da Terra);
- 3ª) a tese de que “*espaço é poder*”, isto é, o “*espaço*” não é visto apenas como suporte ou como veículo das forças políticas, mas ele é em si mesmo considerado uma poderosa força política;
- 4ª) a idéia de que o poder mundial sempre se repartiu entre potências “*marítimas*” e “*continentais*”, e finalmente;
- 5ª) a sua conclusão de que só o poder marítimo conduz ao verdadeiro poder mundial, uma vez que a massa líquida dos oceanos contém a massa sólida dos continentes, e estes últimos estão separados entre si, ao passo que os oceanos estão interligados.

Com base nestes 5 postulados, a Geografia Política firmou-se como novo ramo da Geografia, vindo a receber logo em seguida, uma outra contribuição decisiva, mais tarde reconhecida como a primeira formulação capaz de oferecer alguma previsibilidade aos acontecimentos da política internacional. Trata-se da teoria do “*pivot geográfico da História*”, de autoria do geógrafo e almirante inglês sir Halford John Mackinder. Vamos a ela.

Halford Mackinder e a Geopolítica como ciência “aplicada”

Pode até parecer estranho à primeira vista, que um almirante inglês tenha se tornado notável por contestar a teoria do poder marítimo exposta por Ratzel, e também pelo almirante norte americano Alfred Mahan. No entanto, visto com mais atenção, trata-se de algo bastante compreensível, pois Mackinder, um liberal que queria conservar para sua pátria a condição de principal potência mundial, estava preocupado com a possibilidade de que seus compatriotas estivessem “acomodados” com tal situação e, portanto, desatentos com o que vinha ocorrendo no resto do mundo. De fato, a ascensão de novas potências, como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Rússia, vinha colocando em xeque a supremacia industrial britânica. Em particular, porque alemães e norte americanos já haviam superado os ingleses na produção de aço, componente fundamental da indústria bélica, e quanto aos russos, haviam se tornado os principais concorrentes dos ingleses quanto ao poder mundial, uma vez que representavam o poder terrestre, em oposição aos britânicos, detentores do poder marítimo. Quando tomou contato com a obra de Ratzel, Mackinder compreendeu que a Alemanha, já um poder terrestre no centro da Europa, aspirava a tornar-se também uma potência marítima, iniciando um vigoroso programa de construção de navios de guerra. Assim a pergunta que lhe parecia cabível era: qual o efetivo poder terrestre dos ingleses?

Obcecado por mapas, Mackinder, criticou inicialmente a distorção que a projeção cartográfica convencional provoca, pois quando a Europa ocupa o

Mackinder

Em Gainsborough nasceu no ano de 1861, e viveu até o ano de 1947. Assistiu, portanto, à ascensão e ao declínio do “imperialismo”, e pressentiu a possibilidade da revolução chinesa vir a promover o controle comunista sobre a maior extensão – a União Soviética –, e a maior população – a China – do mundo. Seu grande empenho foi oferecer às democracias ocidentais, um guia para a ação em política externa, baseado em considerações “científicas”, ou seja, alicerçadas numa análise minuciosa da história e da geografia mundiais.

centro das cartas, dá-nos a impressão de ser muito maior e mais importante geograficamente do que na realidade é. Em contraposição, propôs uma projeção “asiocêntrica”, procurando mostrar que, no fundo, a Europa é apenas uma península da grande massa de terras emersas que ele denominou de “*Ilha Mundial*”, e que contém, além da Europa e da Ásia, também a África. Depois, com base numa análise histórica de longa duração, verificou que, nas grandes estepes da Ásia Central, localizava-se a fonte das grandes transformações mundiais, como provavam as duas ondas de invasões bárbaras que atingiram as grandes civilizações: a primeira com os hunos de Átila à época do Império Romano, e a segunda com os *mongóis* de Gêngis Khan, durante a Idade Média. Concluiu por fim que estas estepes eurásianas, abertas à movimentação da cavalaria, representavam “o *pivot geográfico da História*” (ver mapa).



Fonte: TOSTA, Coronel Octavio. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

Ele indicava ademais que, nos tempos modernos, o cavalo havia sido substituído pelo trem, e o Império Mongol, pela Rússia, mas de qualquer forma, o mesmo conjunto achava-se protegido contra eventuais invasões das potências marítimas, configurando uma zona que representava uma verdadeira “fortaleza terrestre”, que mais tarde ele denominaria de “Heartland”, ou “coração continental”.

A conseqüência prática de sua teorização pode ser resumida em suas próprias palavras, proferidas durante os trabalhos da Conferência de Paz de 1919:

Quem dominar a Europa Oriental controlará o coração continental. Quem dominar o coração continental dominará a ilha mundial. Quem dominar a ilha mundial controlará o mundo.

Até hoje suas idéias tem servido como orientação prática para a política exterior, tanto do Reino Unido quanto dos Estados Unidos. Seu objetivo principal: impedir a qualquer custo uma aliança estratégica entre a Rússia e a Alemanha. Se esta viesse a ocorrer, a supremacia do “livre-comércio” e dos

anglo-saxões sobre o mundo, estaria irremediavelmente ameaçada. Portanto, é compreensível que os alemães, derrotados na 1ª Guerra Mundial, passassem a levar mais a sério as recomendações do pensador britânico. Inclusive, caberia precisamente a um deles, a continuação e o desenvolvimento ulterior da Geopolítica.

ATIVIDADE 5

Observando o mapa:

- a) Identifique as fronteiras e a divisão regional proposta.
- b) Que razões você daria para explicar o termo Pivot Área?

Karl von Haushofer e as “*pan-regionen*”

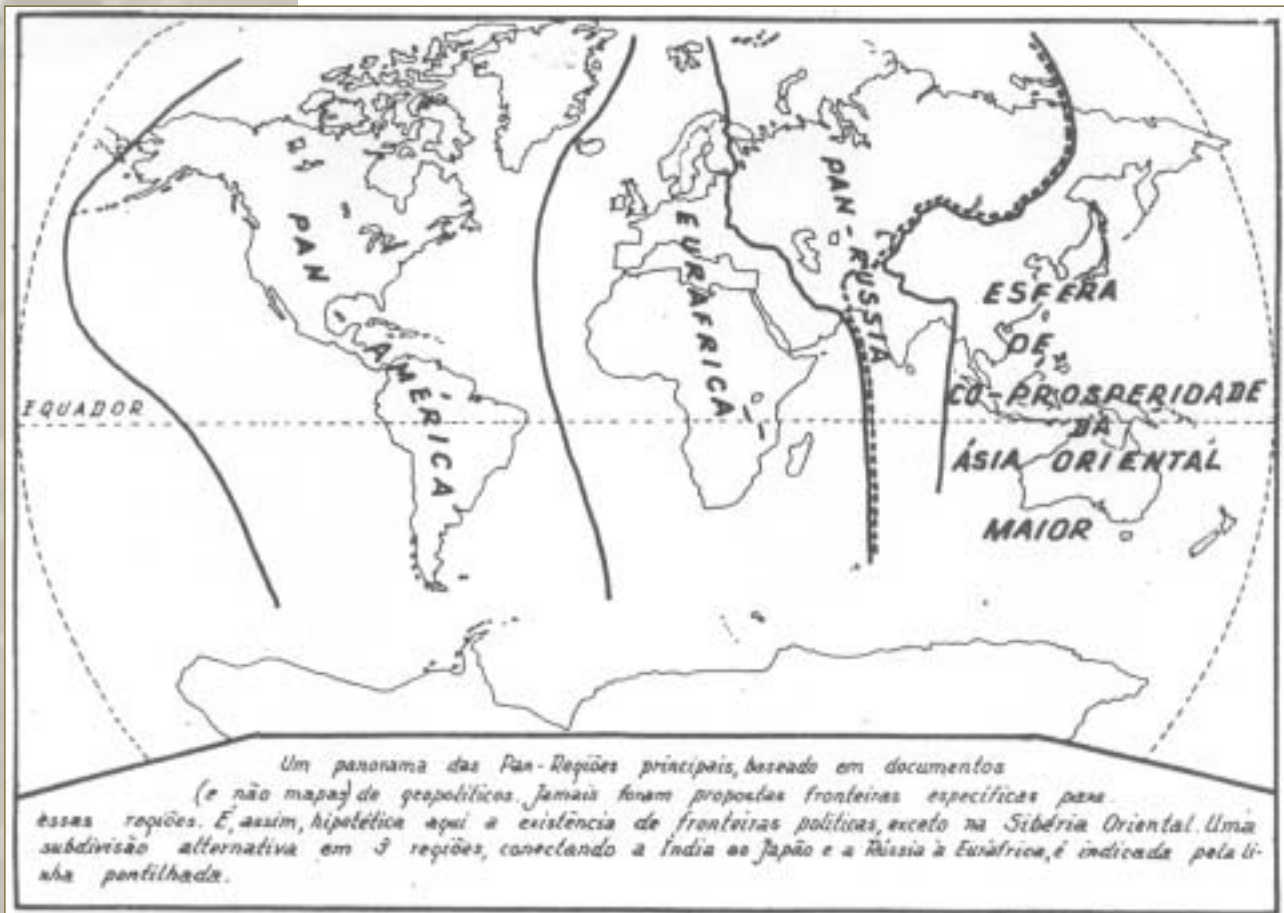
Nascido em 1869, Karl Haushofer foi oficial durante a 1ª Guerra Mundial, e comandou a retirada de suas tropas de volta para uma Alemanha derrotada e humilhada. Enviado como observador militar junto ao exército japonês antes do início daquele conflito, estudou a situação do Extremo Oriente sob o ponto de vista de Tóquio, retornando a seu país admirado pelas qualidades que encontrou no povo japonês: elevado senso de disciplina, e profundo sentimento de solidariedade nacional. Com base no exemplo japonês, Haushofer tornou-se um crítico do que considerava serem defeitos da formação de sua nação: em primeiro lugar, o arraigado individualismo dos alemães, e em segundo lugar, a falta de um “sentido de fronteira”, isto é, de uma consciência espacial coletiva (para os japoneses isto era fácil, pois o país é um arquipélago, mas para a Alemanha, sem fronteiras naturais era difícil reconhecer “seu espaço”). Durante a Primeira Guerra, considerou que seu país fizera a aliança errada ao preferir vincular-se à Áustria-Hungria ao invés da Rússia, e desse ponto de vista, para ele, a teoria de Mackinder apenas reforçava uma antiga opinião, que houvera sido defendida por Bismarck, de que a Rússia era um aliado em potencial da Alemanha, e não a Áustria. Vale recordar que Bismarck era profundamente anti-austriaco, e havia liderado a Prússia contra a Áustria no interior da Confederação Germânica, no processo de Unificação da Alemanha (1815-1870). Ele inclusive viria a perder seu posto de Chanceler por causa disso, pois mais tarde o Kaiser Guilherme Iº acabaria preferindo solidarizar-se com seus irmãos de cultura austríacos, em nome do *pan-germanismo*, opondo-se assim ao *pan-eslavismo* que aproximava a Rússia da Sérvia. Como se sabe, esta decisão alemã terminaria por empurrar toda a Europa, e em seguida o mundo, para a guerra.

Haushofer compreendia perfeitamente que o resgate do poderio alemão dependia, portanto de uma aliança com a Rússia, e dedicaria o principal dos seus esforços para convencer seus compatriotas do acerto desta aliança. Apesar de ideologicamente identificado com o *pan-germanismo*, ele teve o mérito de renunciar às suas preferências, tendo em vista o apreço pela teoria do *Heartland* de Mackinder, a qual lhe parecia uma explicação mais aderente à realidade, do que aquela outra, também muito difundida à época, de que os germânicos compunham uma “raça superior”. Foi com base nisso, e na convicção de que a tendência histórica irreversível apontava para o declínio das velhas potências colonialistas – Inglaterra e França –, e em favor da ascensão das novas potências industriais – Estados Unidos, Alemanha, Rússia e Japão – que ele desenvolveu sua teoria das “*pan-regionen*”, substituindo o “povo”,

pelo “espaço”, como categoria unificadora dos grandes aglomerados geopolíticos.

Propôs assim, uma regionalização do espaço mundial em quatro grandes unidades, cada uma delas correspondendo à seguinte articulação: um centro industrial dinâmico, galvanizador de áreas menos desenvolvidas; uma zona pouco povoada servindo de espaço de reserva para futura ocupação e também utilizada como fonte de matérias-primas; e uma outra área cuja função principal seria a de fornecer mão-de-obra barata para a continuidade do processo de industrialização do centro, ou ainda, para ajudar o povoamento do espaço de reserva. Em suma, tratava-se de um mundo em perfeito equilíbrio, onde cada pan-região poderia ser bastante autônoma, pois todas as exigências da nova economia industrial e de uma demografia em expansão poderiam ser atendidas pelo espaço de cada uma delas. Com isso, imaginava Haushofer, a paz mundial estaria assegurada, não havendo mais a necessidade de uma potência industrial entrar em guerra contra a outra.

Resumidamente eram as seguintes as suas pan-regiões: **Panamérica**, reunindo todo o conjunto americano, onde os Estados Unidos seriam a cabeça industrial, o Canadá o espaço de reserva, e a América Latina o “viveiro” de mão-de-obra; **Euráfrica**, formada pela Europa exceto Rússia, mais o Oriente Médio exceto o Irã, e todo o continente africano, e em que a posição central seria ocupada pela Alemanha, o mundo árabe entraria como espaço de reserva e fornecedor de petróleo, e a África Sub-saariana serviria de viveiro de mão-de-obra; **Panrússia** onde a Rússia européia seria o centro industrial, a Sibéria a área-reserva e a Índia a fonte de mão-de-obra, e finalmente; **Zona de**



Fonte: TOSTA, Coronel Octávio. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

Co-prosperidade asiática, nome dado pelos japoneses à vasta área em que a Austrália serviria como área-reserva, a China seria a fornecedora de braços e o Japão evidentemente, representaria o centro industrial (ver mapa).

Infelizmente, o esquema haushoferiano não foi capaz de evitar a guerra, muito pelo contrário. Ao subestimar a resistência franco-britânica perante uma eventual liderança alemã dentro da Europa, sua proposta terminaria por acirrar ainda mais os ânimos e, para seu azar, sucederia com ele algo semelhante com o que anteriormente ocorrera com Bismarck. De início, Haushofer conseguiu influenciar Hitler, podendo ser considerado o inspirador do pacto de não agressão russo-alemão, assinado em 1939. Dois anos mais tarde, entretanto, rompendo com seu conselheiro geopolítico, Hitler decidiu invadir a União Soviética, ato cujas conseqüências catastróficas para a Alemanha são bastante conhecidas. Para Haushofer em particular, assim como para Hitler, o destino reservava um fim trágico: acusado como colaborador do nazismo pelo tribunal de Nuremberg, o velho geopolítico não esperou pela sua sentença: suicidou-se em sua cela em 1945, aos 73 anos.

TRIBUNAL DE NUREMBERG

Durante a Segunda Guerra Mundial, os aliados e representantes dos governos exilados da Europa ocupada se encontraram algumas vezes para discutir sobre o tratamento pós-guerra a ser dado aos líderes nazistas. Inicialmente, muitos dos aliados consideraram seus crimes além do alcance da justiça humana – que aquele fato era político, antes de ser uma questão legal.

Em Agosto de 1945, os britânicos, franceses, americanos e soviéticos se encontraram em Londres e assinaram um acordo que criou o Tribunal de Nuremberg, oficialmente o Tribunal Militar Internacional, e acertaram as regras para o julgamento. O Tribunal de Nuremberg, em 9 de dezembro de 1946, julgou vinte e três pessoas, vinte das quais médicos, que foram consideradas como criminosos de guerra, devido aos brutais experimentos realizados em seres humanos. O Tribunal demorou oito meses para julgá-los. Em 19 de agosto de 1947 o próprio Tribunal divulgou as sentenças, sendo que sete de morte, e um outro documento, que ficou conhecido como Código de Nuremberg. Este documento é um marco na história da humanidade, pois pela primeira vez foi estabelecida uma recomendação internacional sobre os aspectos éticos envolvidos na pesquisa em seres humanos.

(Fonte: ACCIOLY, Hildebrando – Manual de Direito Internacional Público, 12 ed., Saraiva, São Paulo, 1996.)

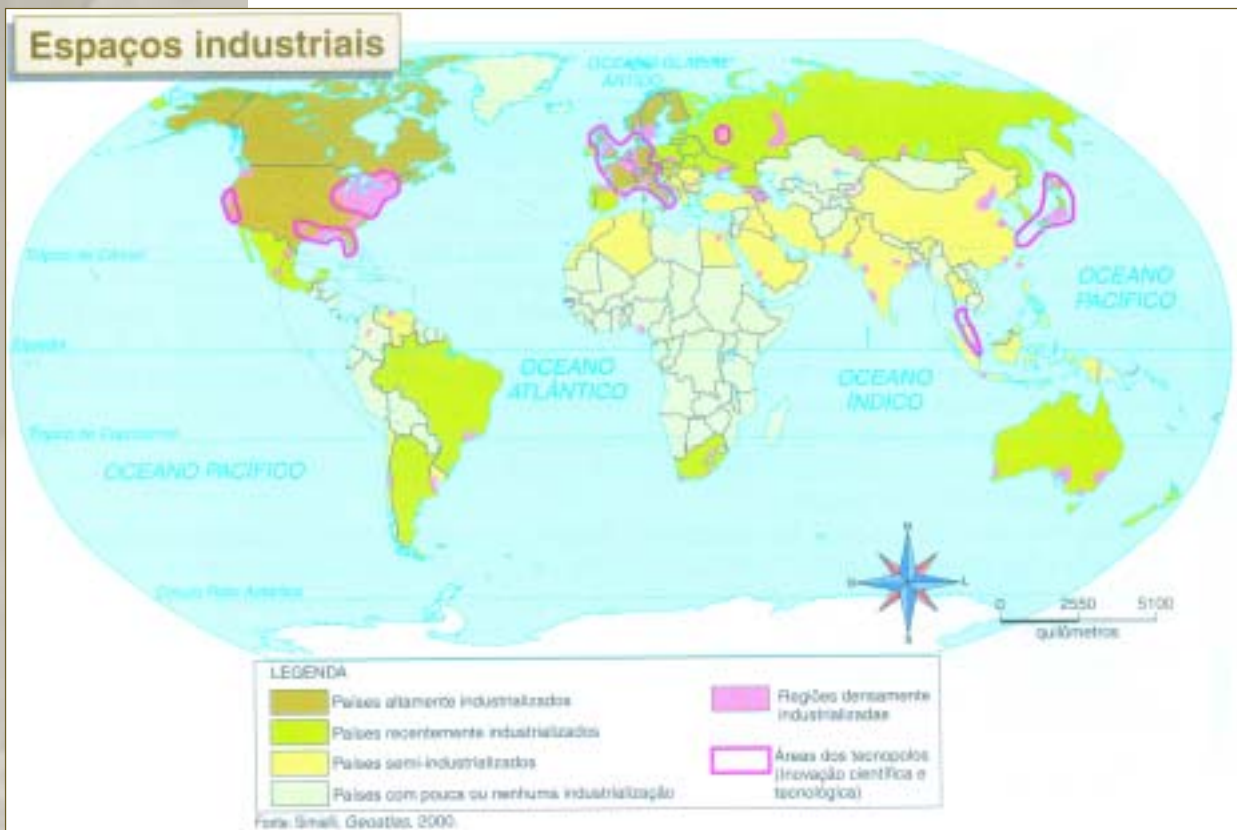
Vista pelos vencedores como um domínio do saber perigoso para a construção e manutenção da paz, uma vez que a Geopolítica ficou muito marcada pela influência de Haushofer, e esteve “a serviço do nazismo”, a partir de então ela seria estigmatizada como uma “falsa ciência”, que deveria, portanto, ser proscrita das universidades. Não obstante, os Estados-Maiores das grandes potências remanescentes continuaram a utilizar seus ensinamentos, até que, finalmente, ela foi reabilitada durante a guerra do Vietnã e, ironicamente, pelas mãos dos franceses que tanto a repudiaram. Coube a Yves Lacoste, um geógrafo de esquerda, demonstrar de forma convincente, que também a revolução socialista necessita para concretizar-se, de uma “Geopolítica”. Ele lembrou os exemplos da trilha Ho-Chi-Min no Vietnã, ligando a frente de batalha

com a rota de abastecimento que através da China, chegava até a União Soviética; como também o desembarque dos revolucionários cubanos em Sierra Maestra, tentando provar dessa maneira que em si mesma, a Geopolítica não é uma ciência nem de “direita” nem de “esquerda”, mas sim um instrumento de análise imprescindível para quem deseja refletir sobre as questões ligadas ao poder. Trata-se, portanto, como já vimos, de um saber *estratégico*, o que modernamente exige atender a duas condições: ou se trata da dimensão militar do poder mundial, ou então da escala mundial do poder político. Assim, para avançarmos em nossa análise, é preciso aprofundar a discussão a respeito do conceito de “poder mundial”. Vamos a ele.

ATIVIDADE 6

Converse com os colegas sobre a idéia de que o mundo estaria em perfeito equilíbrio onde cada pan região *teria autonomia*. É possível essa teoria?

- Como poderíamos pensá-la atualmente?
- Até que ponto os blocos econômicos podem exemplificar essa teoria?



Fonte: SIMIELLI, Maria Elena. *Geotlas*. São Paulo: Ática, 2003.

Unidade 3

O poder mundial

Antes dos portugueses darem início às grandes descobertas geográficas dos séculos XV e XVI, os sistemas de poder no mundo achavam-se, todos eles, divididos regionalmente. Havia um sub-sistema no Mediterrâneo, outro no Mar do Norte, um terceiro no Índico, e um quarto no Extremo Oriente. Isto para ficarmos apenas no interior do assim chamado “mundo conhecido”. Quanto às Américas, os prováveis contatos entre os Impérios Inca e Azteca foram interrompidos precisamente pela chegada dos europeus e, na Oceania, apesar dos polinésios explorarem uma vasta área, não se pode dizer que tenham organizado exatamente um Império. Na África por sua vez, em que pese o elevado grau de cultura alcançado por Reinos como os de Malí, Gana ou da Núbia, não houve um poder que chegasse a articular o conjunto do continente.

De modo que a primazia de haver relacionado um sub-sistema com outro é mérito da epopéia lusitana e, portanto não é de estranhar que os portugueses tenham sido os “inventores” do conceito de “poder mundial”. Eles foram, afinal, os principais idealizadores do Tratado de Tordesilhas, o português constituiu-se na primeira língua franca mundial, o pavilhão luso foi o primeiro a tremular simultaneamente em quatro continentes, e o escudo foi a primeira moeda conversível em escala global. Sem risco de cair em exageros, pode-se dizer com segurança, que Portugal deu início ao processo que hoje denominamos de “globalização”.

ATIVIDADE 7

Você está fazendo uma pesquisa sobre a globalização e lê a seguinte passagem, em um livro:

A Sociedade Global

As pessoas se alimentam, se vestem, moram, se comunicam, se divertem, por meio de bens e serviços mundiais, utilizando mercadorias produzidas pelo capitalismo mundial, globalizado.

Suponhamos que você vá com seus amigos comer Big Mac e tomar coca-cola no McDonald's. Em seguida assiste a um filme de Steven Spielberg e volta para a casa num ônibus da marca Mercedes.

Ao chegar em casa, liga seu aparelho de TV Philips para ver o videoclip de Michael Jackson e, em seguida, deve ouvir um CD do grupo Simply Red, gravado pela BMG Ariola Discos em seu equipamento Aiwa.

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaborador

André Roberto
Martin

Veja quantas empresas transnacionais estiveram presentes nesse curto programa de algumas horas. (Adap. PRAXEDES et al. O Mercosul. *São Paulo, Ática, 1997.*)

1- Com base no texto e em seus conhecimentos de Geografia e História, marque a resposta correta.

- a) o capitalismo globalizado está eliminando as particularidades culturais dos povos da terra.
- b) A cultura, transmitida por empresas transnacionais, tornou-se um fenômeno criador das novas nações
- c) A globalização do capitalismo neutralizou o surgimento de movimentos nacionalistas de forte cunho cultural e divisionista.
- d) O capitalismo globalizado atinge apenas a Europa e a América do Norte.
- e) Empresas transnacionais pertencem a países de uma mesma cultura.

Fonte: ENEM - Ensino Médio.

2- A leitura do texto da questão anterior ajuda você a compreender que:

I – a globalização é um processo ideal para garantir o acesso a bens e serviços para toda a população.

II – a globalização é um fenômeno econômico e, ao mesmo tempo, cultural.

III – a globalização favorece a manutenção da diversidade dos costumes.

IV – filmes, programas de TV e música são mercadorias como quaisquer outras.

V – as sedes das empresas transnacionais mencionadas são os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

Destas alternativas, são corretas:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, IV e V, apenas
- c) II, III e IV, apenas
- d) I, III e IV, apenas
- e) III, IV e V, apenas

Fonte: ENEM - Ensino Médio.

É preciso sublinhar neste ponto, que a principal razão da supremacia portuguesa explica-se pela sua superioridade científica e tecnológica. Não fosse assim, como justificar que tenham conseguido dividir o mundo a ser descoberto ao meio, se só dispunham de 1/8 da população espanhola (Portugal possuía cerca de 1 milhão de habitantes e a Espanha 8 milhões em 1494)? De fato, os conhecimentos geográficos e náuticos portugueses eram superiores aos de qualquer outra nação da época. Eles foram os primeiros a fabricar navios adaptados à navegação oceânica – as caravelas –, como também inventaram o alinhamento de canhões na lateral dos navios, podendo atingir à distância, os barcos inimigos. Dominaram dessa forma a rota Atlântico Sul-Índico, deixando aos castelhanos, a opção de buscarem as Índias pelo caminho do poente. Mais tarde, é verdade, a gangorra iria pender em favor da Espanha, graças às imensas riquezas obtidas através da pilhagem dos Impérios Inca e Azteca. Mas na passagem do século XV para o XVI, a liderança foi incontestavelmente lusitana.

O equilíbrio bipolar de poder do sistema tordesilhano ruiu definitivamente quando o trono português caiu em mãos espanholas, após a morte do rei D. Sebastião, em 1578. O monarca português não deixou herdeiros, o que facilitou

tou as pretensões de Filipe II da Espanha, de unificar a península sob seu comando. Suas tropas entraram em Lisboa em 1580, transformando-o no monarca mais poderoso de todos os tempos.

A posição da Espanha nos anos seguintes foi a de um “Estado perturbador”, que tentou atrair para si, a totalidade do poder mundial. As potências em ascensão – Holanda, França e Inglaterra – uniram-se contra Filipe II, que além do mais via-se como o protetor da religião católica contra a reforma protestante, e de toda a Europa contra o Império Turco Otomano. Com tantos inimigos, não é de estranhar que com o tempo, a capacidade espanhola de ordenar o mundo fosse se desgastando, até vir a esgotar-se completamente na “Guerra dos 30 anos”, conflito que ensanguentou a Europa entre os anos de 1618 e 1648, e modificou o mapa do mundo.

Esta guerra, que inicialmente teve um cunho religioso, aos poucos foi se transformando num conflito de proporções mundiais, que terminou por voltar-se contra a autoridade do Papa, e o poder de Filipe II. Quando, finalmente, ela se encerrou, a Espanha fora substituída pela França como principal potência européia, e o equilíbrio mundial passara a apoiar-se num número bem maior de potências: Inglaterra e Holanda converteram-se nos novos poderes marítimos, ao passo que França, Áustria e Império Turco, passaram a dividir entre si, o poder terrestre. O sistema bipolar tornara-se assim multipolar, situação esta que deveria perdurar, embora com a mudança de atores, até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando então passamos a ter novamente um sistema bipolar.

A França, após a assinatura da Paz de Vestfália em 1648, que pusera fim ao longo conflito, passara também a ocupar o papel da Espanha na qualidade de “potência perturbadora”. Obcecado pela glória militar, Luís XIV, o “Rei-Sol”, implementaria uma política externa bastante agressiva contra seus vizinhos, não dando sossego a uma Europa exausta de guerras. Ele visava obter a hegemonia francesa na Europa Ocidental, bem como anexar territórios aos seus domínios. Com idas e vindas, o protagonismo gaulês no continente europeu deveria prosseguir até o advento do período napoleônico, cerca de 150 anos mais tarde. Quando Bonaparte finalmente foi derrotado em 1815, após enfrentar nada menos do que sete coalizões contra a França, o equilíbrio do poder mundial modificara-se novamente. A Rússia e a Prússia haviam surgido como novas potências continentais. A Turquia fora contida, e no mar, ninguém mais ousava desafiar a supremacia dos ingleses. Abriu-se assim um período que muitos historiadores denominaram de “*Pax Britânica*”, dada sua indiscutível primazia comercial e naval. Visto mais de perto entretanto, o sistema internacional da chamada “Santa Aliança” era mais complexo, pois envolvia também o “equilíbrio de poder” no continente europeu, repartido entre França, Áustria, Rússia e Prússia. Estas quatro potências continentais somadas à Inglaterra, compunham o chamado “Diretório Europeu” ou “Pentarquia”, uma espécie de “Conselho de Segurança” que com altos e baixos, perduraria até 1870, quando emergiu no centro da Europa, uma nova potência que viria a deslocar a França na condição de potência perturbadora: a Alemanha. Os desdobramentos de sua projeção de poder na primeira metade do século XX são bastante conhecidos e conduziram a humanidade a duas guerras mundiais, separadas por um breve intervalo de vinte anos de paz.

A esta altura, o leitor já deve ter percebido que basta utilizarmos dois conceitos, para que possamos dar conta da geometria variável do “poder mundial” ao longo do tempo: “equilíbrio de poder” e “Estado perturbador”.



Fonte: VESENTINI, J. William. *Sociedade & Espaço*. São Paulo, Ática, 2000.

De fato, quando mencionamos a noção de “equilíbrio de poder”, estamos considerando o “poder mundial” sob um ângulo mais flexível, isto é, como algo que se dissemina pelo conjunto dos Estados soberanos que compõem o sistema internacional. Por conseguinte, a “potência mundial” não é aquela que “domina o mundo todo”, mas apenas a que é capaz de influenciar, com suas decisões, o sistema internacional em sua totalidade. A escala de sua intervenção, portanto, vai além da mera vizinhança regional ou mesmo continental, alcançando a dimensão planetária.

Em contrapartida, para o “Estado perturbador”, o alvo é precisamente o desequilíbrio do sistema, quer porque já sendo a potência mais poderosa, pretende vir a assumir o inteiro domínio mundial – casos da Espanha e da França – quer porque não o sendo, pretende vir a ocupar no futuro, uma posição mais vantajosa do que no presente, e quem sabe, mais dia menos dia, vir a comandar o mundo todo – caso da Alemanha.

Tal esquema de análise, suportou bem o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da “Guerra-Fria”. Duas novidades, no entanto, precisam ser salientadas. A primeira, o sistema mundial de poder passou a depender de duas potências fora da Europa Ocidental: Estados Unidos e União Soviética. Pela primeira vez o recurso à guerra mundial mostrou-se inadmissível, uma vez que com o advento dos artefatos nucleares, não há mais a chance de surgir um vencedor numa guerra total. Resta resolver o problema de identificar que potência teria assumido desde então, o papel de guardião do “equilíbrio de poder” e que potência, ao contrário, teria se convertido em “Estado perturbador” da ordem mundial.

Num primeiro momento, parecia que a União Soviética, ao tentar liderar uma revolução socialista mundial, se converteria no fiel depositário da condi-

ção de “Estado perturbador”. Além disso, por ocupar uma posição central entre a Europa e a Ásia – os “continentes belicosos” na expressão de Montesquieu – e possuir a maior extensão de fronteiras terrestres, a Rússia sempre esteve vocacionada a um certo militarismo, do mesmo modo como a Alemanha. Vale lembrar a esse respeito que Mackinder já havia assinalado a correspondência entre as posições da Alemanha na Europa e a da Rússia no mundo, destacando a centralidade de ambas. E para completar, desde o ponto de vista do liberalismo ocidental, o nazismo e o comunismo sempre pareceram muito próximos, identificados igualmente como regimes ditatoriais.

Tais indicações no entanto, quando confrontadas com as principais decisões da política exterior soviética, não corroboram o qualificativo de “Estado perturbador”. Lênin em 1917, por exemplo, aceitou a perda de territórios, para firmar em separado a paz com a Alemanha. A seguir, para evitar novamente o confronto com esse país, Stálin estabeleceu um pacto de não agressão com Hitler, poucos dias antes do último grande conflito mundial ter início. Finalmente, entre os anos 1985 e 1991, Gorbachov liderou uma política de paz que pôs fim à corrida armamentista, bem como permitiu a queda do muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, decisões que garantiram a paz “pós-guerra-fria”, mas custaram a própria sobrevivência da União Soviética.

É verdade, entretanto que em outras ocasiões, os soviéticos aproveitaram a situação de relativo “vazio de poder”, para expandir sua zona de influência. Foi o que aconteceu com relação a Cuba em 1962, por exemplo, e com o Afeganistão em 1989. De outra parte, como vimos, a aliança eslavo-germânica sempre será considerada “perturbadora” para o poder marítimo anglo-saxônico. A venda do Alasca para os Estados Unidos em 1867 é um bom exemplo de como não faz parte da tradição russa, incluído o período pré-revolucionário, manter por longo tempo tropas no ultramar. Tudo leva a crer que os custos de vigilância da maior extensão de terras do planeta, já são demasiado altos para o Estado russo, inibindo-o de tentar aventuras extra-territoriais, que possam colocar em risco a sua segurança.

Situação diametralmente oposta é a vivida pelos Estados Unidos. Teoricamente a potência defensora do “equilíbrio do poder”, devido a seu relativo isolamento, tem-se mostrado paradoxalmente uma nação agressiva e intervencionista: em termos regionais desde pelo menos 1898 quando entraram em guerra contra a Espanha, devido à disputa em torno das Filipinas e de Cuba; e em termos mundiais, desde pelo menos 1917, quando se aliaram à Inglaterra e França contra a Alemanha. Mais recentemente, os estrategistas norte americanos divulgaram a chamada “Doutrina Bush”, a qual pretende justificar o direito de intervenção dos Estados Unidos em qualquer país do mundo, sem consulta à ONU. Segundo seu entendimento, o “ataque preventivo” seria legítimo, já que visaria o desmantelamento de supostas organizações terroristas. O problema é saber que autoridade definiria quem seria ou não “terrorista” e, além disso, como se poderia evitar que tal doutrina se alastrasse, de modo a qualquer Estado se considerar no direito de atacar outro porque alí se esconderiam eventuais “terroristas”. Em suma, o que a “Doutrina Bush” propõe é a anulação do “princípio de não-intervenção”, peça-chave do Direito Internacional na busca pela manutenção da paz mundial.

A questão de fundo é que com o desmantelamento da União Soviética, a bipolaridade que vigorou durante a guerra-fria sofreu um grande abalo. E agora, os Estados Unidos querem forçar o mundo a caminhar em direção a uma ordem internacional monopolar, ao passo que a ascensão da União Euro-

péia, da China e do Japão indicam ao contrário, uma tendência à multipolaridade. Este é o grande desafio geo-estratégico contemporâneo, e que deverá condicionar no futuro próximo, os embates em torno do poder mundial. Finalmente, pelo vigoroso crescimento econômico e militar, tudo indica que a China poderá despontar proximamente como nova “potência perturbadora”, o que certamente afetará o atual “equilíbrio mundial”. Ir além deste ponto, exige que consideremos uma escala abaixo. Examinemos pois...



Fonte: VESENTINI, J. William. *Sociedade & Espaço*. São Paulo, Ática, 2000.

Unidade 4

As potências regionais

No Conselho de Segurança da ONU, as cinco potências vencedoras da segunda guerra mundial têm assento. Elas são portadoras de arsenais nucleares reconhecidos como “legais” por elas mesmas e, além disso, possuem o poder de veto sobre as resoluções da Assembléia Geral, ou mesmo do próprio Conselho de Segurança, que porventura julguem ser prejudiciais aos seus interesses estratégicos. A desproporção em relação ao número de ogivas nucleares que cada uma controla, no entanto, é flagrante. Os Estados Unidos detêm 15 mil ogivas, ao passo que a Rússia conta com 10 mil. Esta aparente vantagem norte americana deve ser relativizada, uma vez que a Rússia, em função de sua maior extensão territorial, pode em tese “destruir” os Estados Unidos utilizando um número menor de ogivas do que este último precisaria para “pulverizar” a Rússia. A China vem a seguir com cerca de 500 ogivas, e a França e a Inglaterra têm cerca de 400 cada uma. O significado desta desproporção é que apenas os Estados Unidos e a Rússia podem ser chamados de “superpotências” isto é, aquelas que, sozinhas, são capazes de destruir todas as outras potências somadas. É diferente da noção de “hiperpotência”, conceito surgido recentemente para destacar a condição dos Estados Unidos, que além de serem uma “superpotência”, são também a única “potência multidimensional” do planeta, isto é, aquela que além do poderio militar, possui capacidade econômica, cultural e ideológica de influenciar o mundo todo. Sob esse critério, a posição da Rússia é de fato inferior (“superpotência, mas não “hiperpotência”). Num escalão abaixo de qualquer modo teríamos Inglaterra, França e China, potências mundiais, mas não “superpotências”. E um pouco mais abaixo viriam Alemanha e Japão, potências econômicas e tecnológicas mundiais, mas que não desfrutam de muito poder político. Finalmente, descendo mais um degrau chegaríamos às potências regionais.

Como tivemos oportunidade de verificar, ao longo da História foi bem pequeno o número de potências mundiais. Os poderes marítimos costumam estar identificados com a função de defensoras do “equilíbrio do poder”. Foram Portugal no tempo de Tordesilhas, a Inglaterra a partir do século XVIII e os Estados Unidos desde a primeira guerra mundial. Já os “Estados perturbadores” estão relacionados aos poderes terrestres e também foram em número de três: a Espanha mercantilista entre os séculos XVI e XVII, a França absolutista de meados do século XVII a meados do XIX e a Alemanha na passagem do XIX para o XX. Além destas seis potências mundiais de primeira linha, só merecem destaque: a Holanda no século XVII, a Áustria e a Tur-

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaborador

André Roberto
Martin

Blocos econômicos

Conjunto de países que estão organizados em função de interesses econômicos comuns. Os países que fazem parte de um bloco disputam a hegemonia por meio da concorrência comercial. Por exemplo, a área de livre comércio (ALCA E NAFTA); União aduaneira (MERCOSUL); Mercado Comum (União Européia). A Organização Mundial do Comércio (OMC) define que uma área de livre comércio só se constitui quando 85% do comércio é livre. Cada país estabelece o imposto de importação para os produtos de países não-sígnatários do acordo, ou seja, os países que não assinaram o acordo comercial, e também as regras para a circulação de dinheiro, serviços e pessoas.

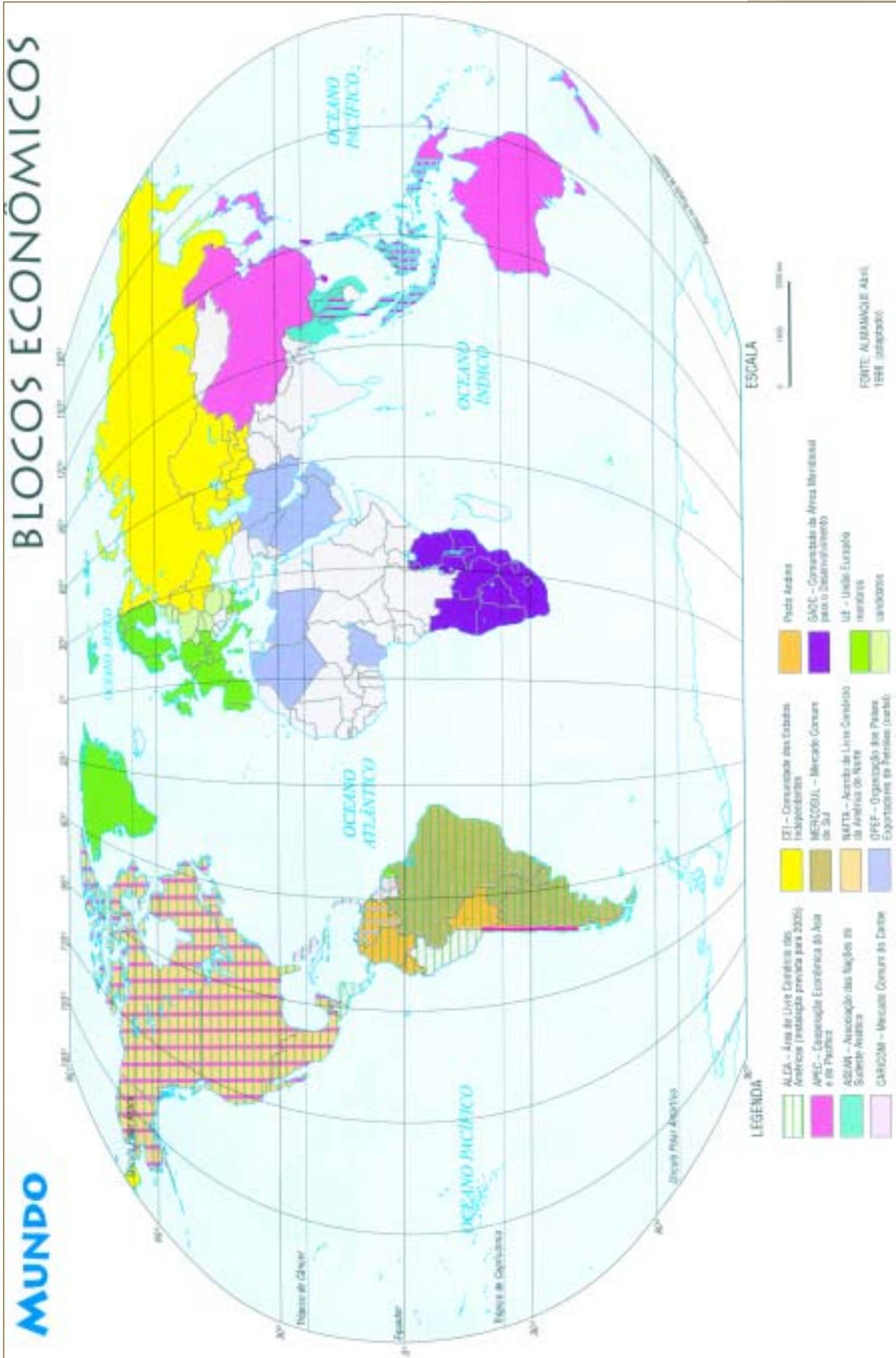
quia entre os séculos XVII e início do XX, o Japão desde o fim do século XIX, e a Rússia desde meados do século XVIII até os dias atuais.

Já o número de potências regionais pode ser bastante ampliado, dependendo da escala geográfica considerada. Assim por exemplo, quando examinamos os Bálcãs, a Sérvia se sobressai como potência regional, mas seu poder praticamente desaparece quando olhamos para a Europa em seu conjunto. Do mesmo modo, se viermos a nos referir apenas às Antilhas, Cuba aparecerá necessariamente como a grande potência regional, mas se alargarmos o olhar para o conjunto da América Latina entretanto, seu peso diminuirá significativamente, e neste caso o destaque recairá sobre o Brasil. Como nossa intenção aqui é oferecer apenas um quadro panorâmico, nos limitaremos a destacar algumas potências regionais sub ou supra-continentais, deixando de lado as que em escala mundial seriam classificadas como pequenas potências. Além do mais, nosso foco deverá estar voltado para o hemisfério Sul, uma vez que no hemisfério norte estão concentradas todas as potências mundiais da atualidade: Estados Unidos, União Européia, Rússia, China e Japão. No Sul, ao contrário, só existem potências regionais, o que nos leva à conclusão de que, em termos geopolíticos, o hemisfério Norte sofre o problema do “excesso de potência”, ao passo que entre os meridionais, temos o drama oposto, isto é, o do “excesso de impotência”.

América Latina

Estendida ao sul dos Estados Unidos, esta vasta porção de terras conhecida desde o século XIX como América Latina reúne hoje (2004) mais de 510 milhões de habitantes. É uma população significativamente superior à dos anglo-americanos, que na soma entre Estados Unidos e Canadá chegam à casa dos 310 milhões de habitantes. Se levarmos ainda em conta o fato de que vivem nos Estados Unidos mais de 45 milhões de latinoamericanos e os franco-canadenses são por volta de 10 milhões, então culturalmente falando, os latinoamericanos alcançam a espantosa cifra de 570 milhões de pessoas, ao passo que os americanos que tem no inglês a sua língua materna, pouco ultrapassam a casa dos 250 milhões (nesta escala os antilhanos e guianenses anglófonos são residuais). No entanto, como todos reconhecemos, não há entre os latinoamericanos uma potência mundial, e no caso dos anglo-americanos vale destacar que mesmo o pouco populoso Canadá, é membro do G-7, grupo que reúne as nações mais ricas da Terra. Isto só para não repisarmos a posição dos Estados Unidos.

Este disparate entre o peso populacional e o poder político da América Latina tem sem dúvida, na fragmentação territorial do sub-continente, uma explicação. Mas as causas do subdesenvolvimento econômico da região não podem se resumir a este aspecto, pois um país como o Brasil por exemplo, ao contrário da América espanhola, não se subdividiu. De modo que outros elementos têm que ser incorporados à explicação, e entre eles o modelo de colonização também deve ser lembrado, com as *colônias de povoamento* prevalecendo na Anglo-américa, e as *colônias de exploração* dominando a América Latina. Ainda assim, no entanto, restaria alguma coisa a dizer, pois é no período posterior à independência e, sobretudo, após a segunda revolução industrial, que a dualidade se construiu e se acentuou.



Fonte: GIRARDI, Gisele; ROSA, Jussara Vaz. *Atlas Geográfico do Estudante*. São Paulo, FTD, 1998.

Sem querermos oferecer uma resposta categórica, uma hipótese interessante é a que levanta aspectos psicossociais e culturais. De fato, ao contrário dos anglo-americanos, não quisemos construir na América Latina uma “Europa melhorada” (isto é, sem o vezo autoritário do absolutismo). Não, as elites latinoamericanas sempre consideraram esta parte do mundo alguma coisa “pior do que a Europa”, e em seguida, “inferior aos Estados Unidos”. Assim, nos batemos contra um renitente “complexo de inferioridade”, que mesmo a excepcionalidade argentina não foi capaz de atenuar. Com efeito, a proverbial “arrogância portenha” tem um quê de teatral, uma vez que se liga ao fato de que estes se vêm antes como extensão da Europa, do que como parte da América Latina. Talvez isto ajude a explicar porque na busca do equilíbrio sul americano, os argentinos tenham sempre preferido associar-se à mais indoamericana das nações: o Peru. Em contrapartida, o Chile tem-se ligado à Venezuela e à Colômbia.

Partiu da Venezuela, com Bolívar, o projeto de União Hispanoamericana visando contrabalançar simultaneamente, os pesos dos Estados Unidos e do Brasil. Recorde-se que à época, o Império brasileiro era muito maior que os Estados Unidos, pois estes ainda não haviam abocanhado todo o norte do México. Quanto a este último, terminou por funcionar como uma espécie de “Estado-tampão” entre os Estados Unidos e a América Latina, o que restringiu suas possibilidades de atração, ao âmbito centro-americano. Desse modo acabaria cabendo ao Brasil, o papel de potência-líder de toda a América Latina e não apenas da América do Sul, o que nos leva hoje a decidir o impasse entre o alastramento do Mercosul em direção ao México, ou ao contrário, o avanço do Nafta para o sul com a criação da ALCA. Esta é uma questão decisiva para o futuro do nosso país, e por isso merecerá ser retomada mais adiante. Antes disso, passemos um olhar sobre o que tem ocorrido, em termos geopolíticos, com a...

ATIVIDADE 8

Blocos econômicos são associações de países que estabelecem relações econômicas privilegiadas entre si, por meio de tratados que podem ser classificados, segundo o grau de complexidade, em Zona de Livre Comércio, União Aduaneira e Mercado Comum.

De acordo com o proposto acima, a União Européia, o Nafta e o Mercosul podem ser classificados respectivamente como:

- a) Mercado Comum, Área de Livre Comércio e União Aduaneira;
- b) União Aduaneira, Área de Livre Comércio e Mercado Comum;
- c) Área de Livre Comércio, Mercado Comum e União Aduaneira;
- d) União Aduaneira, Mercado Comum e Área de Livre Comércio;
- e) Área de livre Comércio, União Aduaneira e Mercado Comum.

(Fonte: KRAJEWSKI, Guimarães e Ribeiro. Geografia: Pesquisa e Ação, Moderna, São Paulo, p. 146.)

África

Com uma superfície superior a 30 milhões de quilômetros quadrados, e contando mais de 800 milhões de habitantes, a África debate-se ontem como hoje, com uma série de contradições, algumas estruturais, outras derivadas da forma subordinada como este continente foi incorporado ao sistema mundial. Entre as grandes clivagens estruturais anteriores ao colonialismo europeu, deve-

se mencionar em primeiro lugar o contraste entre o norte árabe-berbere branco e desértico, em oposição ao sul florestado e dominado por diversas etnias negras. A religião muçulmana tem sido ao longo do tempo uma ponte e ao mesmo tempo uma barreira entre esses “dois mundos”, pois na porção sub-saariana predominavam inicialmente os ritos animistas, e depois penetrou com muita força o cristianismo levado pelos colonizadores europeus. O Islão então, a partir do século VII passou a pressionar, vindo do norte, esta grande massa sub-continental, contando com apoio marítimo no Índico, o que explica a maior presença muçulmana na franja oriental que ocidental. Há que se registrar no entanto, a exceção representada pela Etiópia, que nunca foi colonizada, e tornou-se cristã ainda nos tempos bíblicos. Hoje com cerca de 70 milhões de habitantes, é o maior país da África Oriental, e Adis-Abeba, sua capital e uma grande metrópole, é a cidade-sede da Organização da Unidade Africana.

A liderança continental no entanto costuma ser atribuída à África do Sul, talvez porque seja o único país africano banhado por dois oceanos (Atlântico e o Índico). O prestígio político conquistado pela transição pacífica do regime do “apartheid” à democracia, graças a Nelson Mandela, é outro fator importante a ser considerado, mas o elemento decisivo a destacá-la parece ser mesmo a economia. A República da África do Sul é, com efeito, o país mais industrializado da África sub-saariana, possuidor das principais jazidas de ouro, e riquíssimo em diamantes, carvão e outros minerais. Tem sido, aliás historicamente, a disputa pelo controle dos recursos minerais do sub-solo africano, o principal motivo das guerras – ontem, coloniais; hoje, civis – que tem afetado o continente, dificultando o seu desenvolvimento.

Nos dias que correm, cabe destacar a instabilidade vivida pela República Democrática do Congo, principal país do centro da África, e elo de ligação entre o norte e o sul, o leste e o oeste do continente, e que está relacionada à disputa pelo controle das minas de diamante. Estes conflitos têm sido divulgados no Ocidente como sendo de origem tribal. No entanto tem-se omitido o fato de que tais divergências vêm sendo estimuladas por grupos estrangeiros, seguindo o velho preceito imperialista do “dividir para dominar”.

Para concluir, uma menção à Nigéria, principal potência da África ocidental, e país mais populoso da África com cerca de 130 milhões de habitantes se faz necessária. Ela tem atuado como potência estabilizadora, intervindo militarmente com tropas de paz em conflitos sangrentos como os que afetaram Libéria e Serra Leoa. Rica em petróleo, mas com uma unidade nacional difícil, o que, aliás, é a regra em todo o continente, esta nação não goza de muito prestígio no Ocidente, precisamente pelo caráter insubmisso de sua população e a postura nacionalista de seus últimos governos.

ATIVIDADE 9

1. O G-7 foi criado em 1975, composto pelos sete países com as maiores economias na ocasião: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália e Japão. Esse grupo promove encontros anuais para tratar das diversas questões que interessam aos países membros. Em 1997, a Rússia ingressou no grupo como convidada especial, contudo, sem direito de opinar oficialmente sobre as questões econômicas. (Fonte: CAMPOS, Eduardo. PEBII, Construindo Sempre Geografia – módulo 2. 2003, p. 25.)

Com base no texto e nas discussões analise o papel do G-7 e das instituições financeiras no cenário econômico e social dos países africanos?

2. Leia o mapa da África-Magreb.

A partir dos dados obtidos no mapa e das discussões em sala faça um texto caracterizando a região em questão econômica e o uso do solo.



Fonte: CASTELLAR, Sonia; MAESTRO, Valter. *Geografia - 8ª série*. São Paulo, Quinteto, 2002.

Mundo árabe

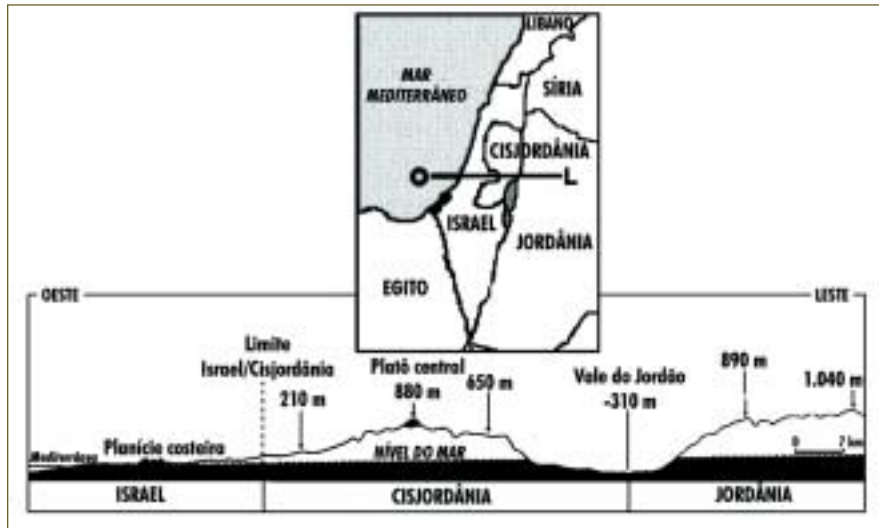
Não existe hoje região mais perigosa, do ponto de vista da paz mundial, do que o Oriente Médio. Esta sem dúvida é a primeira idéia que nos vem à cabeça quando a mencionamos. Os fatos relacionados a ela estão diariamente na *mídia*, como a guerra no Iraque e o conflito israelo-palestino. No entanto, por estranho que pareça, desde um ponto de vista estratégico ali não se joga o equilíbrio do poder mundial. Desde o colonialismo do século XIX, todo o mundo árabe – expressão que indica uma área maior do que o Oriente Médio, pois inclui a Turquia e o norte da África – tem sido tributária das potências ocidentais, já que muito vulnerável ao poder marítimo. Isto significa dizer que há uma espécie de complementaridade natural entre esta zona exportadora de petróleo, e as potências ocidentais, importadoras. As disputas têm sido antes em torno do controle das jazidas e dos preços do barril, do que do destino da produção.

É verdade que às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a intenção alemã de construir a ferrovia Berlim-Bagdá contribuiu fortemente para a eclosão do conflito, pois contrariava os interesses franco-britânicos na área. Mas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a liderar incontestavelmente o bloco ocidental, e a Rússia não é dependente do petró-

leo árabe, sendo inclusive grande fornecedora do produto para a Europa. Assim, não há um choque estratégico de grandes proporções em torno desta mercadoria-chave da economia mundial. Pelo contrário: China, Europa e Japão, também dependentes de importações, concordam com o controle norte americano da área, pois isto significa petróleo a preço baixo para eles. É o que explica o relativo silêncio de todas as outras potências diante da intervenção militar dos Estados Unidos no Iraque.

Por outro lado, a falta de uma potência regional que possa liderar o conjunto do mundo árabe, tem sido um fator de fragilidade sabiamente explorado por ingleses e norte americanos ao longo da História. Isto nos leva a prever a continuidade da guerra de atrito entre o imperialismo anglo-americano e o nacionalismo árabe, sobretudo porque este último está atravessado pelo fundamentalismo muçulmano, o qual projeta uma união que vai além do mundo árabe, e está baseada na religião, contrapondo-se aos infiéis seguidores do capitalismo ateu. Isto nos remete à última região que iremos considerar.

ATIVIDADE 10



1. A figura apresenta as fronteiras entre os países envolvidos na Questão Palestina e um corte, no mapa, da área indicada.

Com base na análise dessa figura e considerando o conflito entre árabes e israelenses, pode-se afirmar que, para Israel, é importante manter ocupada a área litigiosa por tratar-se de uma região

- de planície, propícia à atividade agropecuária.
- estratégica, dado que abrange as duas margens do rio Jordão.
- habitada, majoritariamente, por colônias israelenses.
- que garante a hegemonia israelense sobre o mar Mediterrâneo.
- estrategicamente situada, devida ao relevo e aos recursos hídricos.

2. Imagine a seguinte situação: As reservas de petróleo no Oriente Médio acabaram. Afirmar não muito fantasiosa, já que estudos realizados na década de 1970 projetavam a produção de petróleo por mais 35 anos, ou seja, em 2005 acabaria o petróleo no

mundo. Na sua opinião, qual seria a situação econômica dos países árabes caso isso acontecesse?

3. Do ponto de vista da geopolítica mundial, o Oriente Médio é uma região estratégica, onde se encontram as maiores reservas petrolíferas do mundo. Considere as hipóteses a seguir: Os conflitos na região do Oriente Médio muitas vezes são promovidos para que a economia se desestabilize e assim haja um aumento no preço dos barris de petróleo. Os Estados Unidos são os grandes compradores e exploradores de petróleo do Oriente Médio e possuem refinarias nesse território. A partir disso, responda: qual o interesse dos Estados Unidos em provocar tais conflitos?

Fonte: ENEM - Ensino Médio.

Sul da Ásia

A vasta extensão que cobre do Irã à Indonésia é, como vimos, marginal ao *Heartland*, e portanto não decide também o equilíbrio do poder mundial. Caberia apenas um comentário com relação à Índia, cujo estoque de poder vem crescendo continuamente e, face à sua posição e a seu espaço, candidata-se a ser uma potência mundial no futuro próximo. Com mais de 3 milhões de Km² e mais de 1 bilhão de habitantes, a República da Índia ocupa uma posição estratégica no Índico, conectando ademais esta bacia oceânica ao *Heartland*, através do Himalaia. É por esta razão que a zona sensível do país é a Caxemira,

Fonte: CASTELLAR, Sonia; MAESTRO, Valter. *Geografia - 8ª série*. São Paulo, Quinteto Editorial, 2002.



pois este estado indiano, ademais da disputa religiosa entre muçulmanos e hindús, é rota de interligação entre a Ásia Central, o sub-continente indostânico e a China, representando desse ponto de vista, uma espécie de extensão do Afeganistão.

Como é sabido o país mantém com o Paquistão uma disputa histórica pelo controle desta região estratégica, e como os dois países possuem armas nucleares, uma nova guerra entre ambos pode ser desastrosa. Paradoxalmente, e da mesma maneira como ocorreu durante a guerra-fria, o “equilíbrio do terror” tem sido um fator de contenção das hostilidades, embora dificulte a solução definitiva desse contencioso.

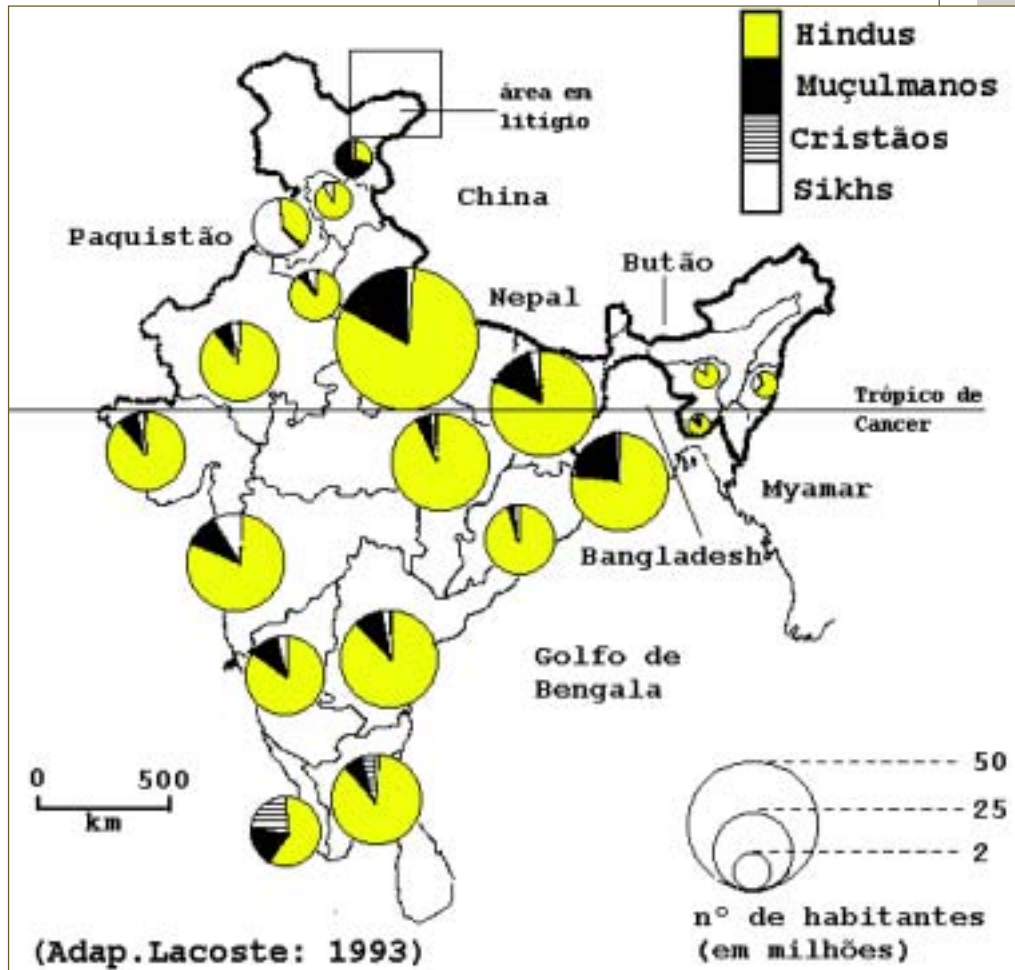
Já com relação à China, a tendência histórica tem sido a de reaproximação, pois as questões fronteiriças vem sendo tratadas diplomaticamente, havendo uma espécie de “acordo tácito” quanto à soberania chinesa sobre o Tibete, e a influência indiana sobre o Nepal. Nos últimos anos, como vem sendo noticia-

do, a Índia tem apresentado um vigoroso crescimento econômico. No entanto, as hostilidades com o Paquistão têm dificultado a construção de um bloco comercial regional no subcontinente.

Antes de adentrarmos no caso brasileiro, isto é, na análise de um Estado isolado, convém tentarmos uma avaliação estratégica dos “blocos geoecônômicos regionais”. Vejamos pois,

ATIVIDADE 11

1. Com base no mapa, analise:



- a) a diversidade religiosa da população da Índia.
- b) as implicações políticas da distribuição dos grupos religiosos no país.

Fonte: FUVEST 2000 - 2a fase - Questão 7.

ATIVIDADE 12

2. A variedade cultural da população chinesa é muito grande, 1 bilhão e 300 milhões de habitantes dividem-se em 56 grupos étnicos ou culturais.

Observe o mapa com os principais grupos étnicos na página seguinte.



Fonte: CASTELLAR, Sonia; MAESTRO, Valter. *Geografia - 8ª série*. São Paulo, Quinteto Editorial, 2002.

Além da preocupação com a ocupação desigual do território, o governo Chinês está tendo que cuidar dos possíveis problemas fronteiriços e separatistas como os movimentos separatistas. Por exemplo, o movimento separatista da região de Sin-Kyang – nessa região, os uigures, muçulmanos de origem turca constituem a maioria étnica. Há, ainda, os movimentos da Mongólia Interior que reivindicam maior autonomia cultural e a democratização da China. Convivem, também, com a disputa da Manchúria, área com um pólo industrial muito desenvolvido, e Taiwan, considerada província da China, apesar de atuar como país independente, a ONU reconhece apenas Pequim como representante do povo Chinês.

Com base nos dados do mapa e nas informações responda:

- Como esses conflitos poderão afetar o governo central?
- Que áreas estão envolvidas com atividades econômicas agrícolas e industriais?

Quais são as características do meio físico dessas áreas e como elas influenciam na organização da população local?

O SENTIDO DOS “BLOCOS DE PAÍSES”

Como já indicamos, a Segunda Guerra Mundial encerrou um largo período de protagonismo das potências européias na política mundial. Espremida entre os gigantismos continentais norte-americano e eurasiático, a “pequena” Europa Ocidental deu-se conta de que teria de superar as antigas rivalidades nacionais, responsáveis pela eclosão dos dois trágicos conflitos anteriores,

por alguma espécie de solidariedade regional, se acaso pretendesse conservar certa autonomia estratégica no futuro. Foi a aproximação franco-alemã patrocinada por Charles De Gaulle e Konrad Adenauer, a base para a formação da União Européia, uma Associação que, desde o seu início, propôs-se a se tornar a terceira potência mundial num prazo relativamente curto (não mais do que cinquenta anos nas projeções de seu principal estrategista Jean Monnet).

Embora não tenha atingido ainda a unidade política (a constituição de forças armadas comuns e a consolidação de uma política externa comum), a União Européia aponta nessa direção. Ela tem procurado preservar os interesses das empresas multinacionais européias, e nesse sentido, o velho nacionalismo econômico europeu ancorado nas siderurgias nacionais, parece definitivamente superado. Mas no plano estratégico, as decisões têm sido bastante divergentes, conservando o Estado nacional a última palavra nas políticas externas e de defesa.

O exemplo europeu demonstrou que a economia industrial do pós-guerra exigia de fato o gerenciamento de “grandes espaços econômicos”. Desse ponto de vista, houve uma confirmação das teses geopolíticas de Haushofer. Mas a forma institucional que assumiu este processo de “amalgamação territorial”, foi bastante distinta da prevista pelos estrategistas alemães. A inspiração dos criadores da Comunidade Econômica Européia surgida oficialmente em 1955 através do Tratado de Roma, não foi o centralismo prussiano, mas sim a federação estado-unidense. O caminho até a constituição dos “Estados Unidos da Europa” no entanto ainda parece bastante longo. Há muitos obstáculos a vencer, que vão desde as resistências nacionalistas internas, até os adversários externos, entre eles os próprios EUA. Isto sem contar com a pura competição econômica com outros “blocos”, surgidos aliás, a partir do êxito, ainda que relativo, da integração européia.

Estamos falando, portanto do fenômeno da *integração*, processo este que busca associar, politicamente, um grupo cultural a um espaço geoeconômico. O sentido dessa *integração* pode variar, indo da cultura para a economia (Nação), ou vice-versa, da economia para a cultura (Império). Nos dois casos, o exemplo brasileiro se sobressai.

O Brasil

Frente ao exposto até aqui, cabe finalizar nosso estudo com uma última reflexão a respeito do Brasil. Inegavelmente uma potência geopolítica, devido a seu vasto espaço e grande população, nosso país tem hesitado quanto às suas pretensões internacionais, em grande medida devido às controvérsias em torno de sua posição.

Por um lado, somos parte do hemisfério ocidental, equivalente ao continente americano, e dessa maneira, nos relacionamos de modo especial com os Estados Unidos. Mas somos também um país tropical, compartilhando com a Índia a condição de “potência ecológica”, ao somarmos quase 40% da biodiversidade do planeta (o Brasil detém 25% e a Índia 12% das espécies que habitam a Terra). Finalmente, ocupamos uma posição insuperável no Hemisfério Sul, com uma vasta fronteira terrestre na América do Sul, e uma ampla costa no Atlântico que nos conecta diretamente à África, e por extensão ao Índico.

Nossa longa história colonial, e o capitalismo dependente que se seguiu após a independência nos acostumaram a dar prioridade às relações com o



Fonte: SILVA, Goldbery do Couto. *Conjuntura Política Nacional: Geoplítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

Atlântico Norte, isto é, Europa e Estados Unidos. Hoje, porém, está claro que sair desta condição de dependência, exige o fortalecimento das relações com os vizinhos do sul, o que já vem sendo trabalhado pelo Itamaraty há algum tempo, e as melhores expressões são o Mercosul e o chamado G-20 grupo de países em desenvolvimento que estão cooperando na OMC – Organização Mundial do Comércio.

Como foi visto, acompanhar o projeto da ALCA equivaleria a admitir a perspectiva geoestratégica haushoferiana, que não rompe com a condição de país subordinado. Em contrapartida, invertendo Mackinder, e adaptando-o para o Hemisfério Sul, teríamos na Índia, na África do Sul e na Austrália, parceiros que poderiam estender o Mercosul para muito além dos limites latinoamericanos. É o desafio que enfrentaremos nos próximos anos: globalismo ou meridionalismo, sermos periferia dos Estados Unidos ou o centro do Hemisfério Sul?

ATIVIDADE 13

A ALCA (com implementação prevista para 2005) poderá se tornar um hipermercado de 765 milhões de pessoas com um PIB de mais de 9 trilhões de dólares. A União Européia também tem demonstrado interesse nesse hipermercado. (O Estado de São Paulo, 20. Jul. 1997.)

- O que é ALCA?
- Qual a importância estratégica de sua formação para os Estado Unidos?
- Qual a polêmica levantada pelos países do Mercosul em relação à implementação da ALCA?

(Fonte: Vestibular Unicamp)

Bibliografia

- MATTOS, General Carlos de Meira. *Geopolítica e modernidade: Geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Edusp e Hucitec, 1999.

Notas sobre o autor

Prof. Dr. André Roberto Martin

Professor Doutor do Departamento de Geografia da USP é autor de vários artigos e do livro *Fronteiras e Nações* publicado pela editora Contexto.



Fonte: CASTELLAR, Sonia; MAESTRO, Valter. *Geografia - 8ª série*. São Paulo, Quinteto Editorial, 2002.



Fonte: CASTELLAR, Sonia; MAESTRO, Valter. *Geografia - 8ª série*. São Paulo, Quinteto Editorial, 2002.